

UMA ABORDAGEM COMPARATIVA DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO NO MEIO URBANO E NO MEIO RURAL: O CASO DE PORTO ALEGRE

Maria Conceição Barletta Scussel, Arquiteta, MSc.

Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - IEPE / UFRGS;
Doutoranda do Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação - NORIE / UFRGS
E-mail: scussel@vortex.ufrgs.br

RESUMO

O presente trabalho busca estabelecer uma análise comparativa das condições de habitação no meio urbano e no meio rural de Porto Alegre, no que diz respeito às características dos domicílios (material construtivo, dimensões, instalações sanitárias, densidade de ocupação) e à disponibilidade de infraestrutura e serviços.

Discutem-se as características gerais do processo de provimento de moradia, em suas múltiplas dimensões - social, econômica, ambiental, política, cultural - e o resultante quadro habitacional no Brasil e, em particular, em Porto Alegre. Este caso assume peculiar importância ao se observar que o Modelo Espacial do 2º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, aprovado em 2000, define toda a área do Município como "cidade".

Utilizam-se, como base de informações, duas pesquisas realizadas à mesma época, com diferentes objetivos: o Diagnóstico Rural do Município de Porto Alegre, elaborado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 1994; e a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1995, realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - IEPE/UFRGS.

Espera-se, com esta abordagem, aportar informações e reflexões à formulação de novas práticas e políticas públicas na área habitacional.

PALAVRAS-CHAVE

Condições de habitação; urbano / rural; infra-estrutura e serviços urbanos.

1. INTRODUÇÃO

A "qualidade de vida" de um indivíduo ou de uma comunidade é fortemente determinada pelas suas *condições de habitação*. Por sua vez, os atributos que conferem maior ou menor grau de adequação dessas condições às necessidades de um *habitat* sustentável estão diretamente relacionados às características sócio-econômico-culturais de cada comunidade.

Recente trabalho¹, que apresentou resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisa Econômica - IEPE/UFRGS em 1995, cotejados às POFs anteriores², apontou para o crescimento significativo da disponibilidade de serviços básicos de saneamento (água tratada e esgotamento sanitário) na Região Metropolitana de Porto Alegre -RMPA.

¹ O trabalho, referido em CARRION e SCUSSEL (2000), é um dos resultados de Pesquisa desenvolvida junto ao IEPE/UFRGS, sob título "Condições de moradia e comprometimento da renda familiar com habitação e transporte na Região Metropolitana de Porto Alegre".

² O IEPE/UFRGS realiza a POF com vistas ao cálculo do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) para a Região Metropolitana de Porto Alegre, desde 1954, atualizando-a periodicamente. Os demais anos da série são: 1960, 1965, 1970, 1975 e 1983.

Essa evidência, aliada a outras características dos domicílios pesquisados (material construtivo, área construída, densidade de ocupação), indicaria, em princípio, uma melhoria nas condições de moradia. Ao mesmo tempo, verificou um comprometimento significativo e crescente da renda familiar com o gasto conjunto com aluguel e transporte.

Cabe ressaltar que a base de informações utilizada nessa pesquisa e, por conseguinte, as análises e conclusões elaboradas, dizem respeito aos domicílios *urbanos* da Região Metropolitana de Porto Alegre. Esta, aliás, é uma lacuna observada em relação a grande parte dos trabalhos existentes neste campo de pesquisa: a abrangência e validação dos mesmos frente a diferentes contextos - meio "urbano", área "rural", cidade "informal", frutos do caráter processual e dinâmico que marca a construção do *espaço*.³

A proposta do presente trabalho, pois, é complementar o estudo anteriormente realizado, estabelecendo um paralelo, na medida do possível, com a situação da moradia no meio *rural* de Porto Alegre, a partir de levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA, 1994).

2. URBANO, RURAL, *RURBANO*?

A premissa básica para o entendimento de aparentes dicotomias como "global x local", "urbano x rural" é que a produção do espaço deva ser vista como um processo totalizante e universal, em que o espaço é, a um só tempo, determinado por e determinante de uma formação social, em suas múltiplas dimensões. A ordenação físico-territorial assim produzida apresenta diferentes sub-unidades que desempenham distintos papéis na totalidade.

Por outro lado, o padrão de desenvolvimento capitalista trouxe, em sua fase atual, novas contradições - a globalização da economia imprimiu a homogeneização de territórios, culturas, sistemas éticos e sociais, ao mesmo tempo em que exacerbou a importância do individual e do fragmentário, valorizando a diferenciação espacial. (SCUSSEL, 1996).

Sob essa ótica, *urbano* e *rural* são vistos como configurações diferenciadas (pelo uso do solo, padrões de ocupação, requisitos de infra-estrutura) da totalidade que constitui o *real*. E tal simultaneidade de ocorrência é muito mais aparente na atualidade, quando a transformação do tradicional espaço rural é cada vez mais acentuada.

No Brasil, esse processo se acelerou na década de 90, a partir da crescente diversificação das atividades desenvolvidas no campo, despontando as atividades de natureza *não agrícola*, responsáveis pelo "redesenho" do rural brasileiro - seja em função de novos hábitos da população urbana, seja pela necessidade de buscar alternativas à sustentação da população rural - dando lugar ao chamado "rurbano"⁴, em que se destacam:

- a opção de moradia por parte da classe média, que busca, no campo, fugir dos problemas das grandes cidades - seja em residências em áreas próximas às cidades, que permitem o trajeto diário ao trabalho e à escola, seja em situações de aposentados, que já podem se localizar mais distantes das facilidades da cidade, por não demandarem com a mesma frequência certos serviços urbanos;
- alternativas de lazer em moradias de fim-de-semana (sítios, chácaras) e centros de recreio do tipo hotel-fazenda, pesque-pague, "trecking", etc.;
- o provimento de infra-estrutura física e mão-de-obra às novas atividades. São os novos serviços, tipicamente urbanos, que passam a ocupar o trabalhador rural, para prover a

³ É oportuno lembrar que índices como o Índice de Condições de Vida (PNUD /IPEA/ FJP, 1998) e o Índice Social Municipal Ampliado (FEE, 1999), são imputados ao município como um todo, mas grande parte dos indicadores utilizados nos aspectos relativos às condições de Habitação e Saneamento referem-se apenas à *área urbana*. Já o Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (NAHAS, 1997), ainda que trabalhando com desdobramentos intra-urbanos, tem dificuldade de incorporar situações "irregulares", como os núcleos de favelas, por exemplo.

⁴ Essa temática vem sendo desenvolvida, no meio acadêmico, pelo projeto RURBANO, que congrega pesquisas interdisciplinares em várias instituições. (UNICAMP, 1997).

demanda decorrente da instalação dessas novas funções imputadas ao campo - trabalhadores domésticos, faxineiros, motoristas, mecânicos, secretárias, marceneiros, etc.

Por sua vez, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento da ONU, de 1994, apontou, entre as ações referentes à distribuição da população e desenvolvimento sustentável:

"Para atingir uma distribuição espacial equilibrada dos empregos produtivos e da população, os países devem adotar estratégias regionais de desenvolvimento sustentável e estratégias para estimular a consolidação urbana, o crescimento de pequenos e médios centros urbanos e o desenvolvimento sustentável das áreas rurais, inclusive com a adoção de projetos de mão-de-obra intensiva, o treinamento para ocupações não-agrícolas para jovens, e o desenvolvimento de sistemas eficientes de transporte e comunicação.(...) Embora seja essencial, em muitos países em desenvolvimento, produzir grandes melhorias na infra-estrutura urbana e nas estratégias ambientais para criar um ambiente saudável para os habitantes urbanos, semelhantes atividades também devem ser perseguidas nas áreas rurais."(NAÇÕES UNIDAS/ CNPD).

Na perspectiva de viabilizar políticas públicas e ações para o desenvolvimento integrado e sustentável, Fernandes incita as municipalidades brasileiras a romperem com o "mito da zona rural", sugerindo que se organize o planejamento municipal de modo abrangente e não restrito às áreas urbanas e de expansão urbana. (FERNANDES, 2000).

Nesse sentido, Porto Alegre inovou, com o 2º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, aprovado em 2000, cujo Modelo Espacial define todo o território do Município como cidade, classificando como "rururbana" a área do município (70% do território) que no Plano até então vigente correspondia à Área de Ocupação Extensiva e à Zona Rural:

"(...) o reconhecimento da interdependência e complementaridade entre as diversas regiões do Município, principalmente do meio rural com a área de ocupação mais intensiva, bem como do grande número de núcleos habitacionais clandestinos ou irregulares na zona de ocupação mais rarefeita, resultaram na proposição do conceito de que tudo é urbano, possibilitando, desta forma, o aumento da capacidade do Poder Público em formular respostas adequadas à sustentabilidade ambiental, social e econômica". (PAVLICK, 2000).

3. A QUESTÃO DO PROVIMENTO DE MORADIA

A importância assumida pelas *condições de moradia* na qualidade de vida de um indivíduo, família ou de toda uma comunidade é mais que evidente. Há, contudo, que ser reforçada a idéia de que se incluem, nessa concepção, não apenas as condições do domicílio propriamente dito (material construtivo, dimensões, instalações sanitárias), mas a acessibilidade aos *equipamentos de consumo coletivo* (de educação, saúde, recreação) e demais serviços urbanos, que qualificam o espaço do cotidiano de seus moradores (SCUSSEL, 1996).

A questão do provimento de moradia está intimamente relacionada à sua possibilidade de financiamento. No caso da população de baixa renda, só se viabiliza através de políticas públicas que propiciem programas e linhas de crédito voltados a essa camada da população.

Tais programas de financiamento, no Brasil, sempre foram de iniciativa do Governo Federal, ainda que com executores estaduais e/ou municipais. Essa ação - centralizada, a partir dos anos sessenta, no Sistema Federal de Habitação (SFH) – tinha, no Banco Nacional de Habitação (BNH), seu grande propulsor, e sua extinção, em 1986, desestruturou o Sistema. Reduziram-se, drasticamente, os recursos destinados pelo Governo Federal a programas habitacionais e o conseqüente atendimento à demanda por habitação popular, compreendida como aquela destinada a famílias com rendimentos de até cinco salários mínimos mensais.

A criação das Cartas de Crédito pela Caixa Econômica Federal permitiu uma tímida retomada do financiamento imobiliário, a partir de 1996, mas este é um recurso ao alcance da classe média ou, pelo menos, da classe média baixa.⁵

⁵ Desde a sua implantação, a CEF tem alterado as regras de utilização das Cartas de Crédito. Inicialmente, financiava até 80% de imóvel com valor até R\$120.000,00 e 30% de imóvel acima desse valor. Posteriormente, esse valor-limite passou a R\$180.000,00. A partir de junho/98 foi adotado o sistema de aplicação

"Vale destacar que a carência de linhas de financiamento à habitação popular gerou a busca de diferentes alternativas ao provimento de moradia à população de baixa renda, mas, sobretudo, ocasionou um processo acentuado de exclusão de um contingente cada vez maior dessa população. Exclusão existente no plano sócio-econômico, de forma mais abrangente, e, no foco específico de análise, exclusão do tecido urbano estruturado e equipado; exclusão do morar em condições mínimas de habitabilidade, saneamento, infra-estrutura, acesso a equipamentos e serviços urbanos.

À margem do mercado formal que oferta tais serviços, multiplicaram-se, a partir de meados dos anos 80, as ocupações irregulares e invasões, assim como se multiplicaram vertiginosamente as subabitações na RMPA". (CARRION e SCUSSEL, 2000).

Em estudo que traça um panorama da rede urbana brasileira e da evolução dos problemas intra-urbanos, Motta já apresentara evidências de melhoria nas condições habitacionais dos domicílios urbanos no país, ao mesmo tempo em que destacava que *"desigualdades de âmbito inter e intra-urbano ainda estão presentes nas cidades brasileiras e a magnitude absoluta da população urbana pobre, sem acesso a saneamento básico e que vive em condições precárias, é muito significativa"*. (MOTTA, 1997).

Face à realidade instalada nas cidades brasileiras, sobretudo nas metrópoles, e às diferentes tentativas de estimar o "déficit habitacional", CARDOSO (1999) questiona esse conceito, por considerá-lo conjuntural: segundo o autor, transformações culturais e históricas, que modificam as necessidades da população, bem como práticas políticas alternativas de produção de habitação, demandam nova abordagem da questão. Em seu trabalho, Cardoso faz uma "adoção crítica" do conceito sugerido pela Fundação João Pinheiro, de *necessidades habitacionais*, que seria a soma do *déficit* mais a *demanda demográfica* mais a *inadequação*, onde:

- déficit corresponde à necessidade de provimento de unidades habitacionais para substituir os domicílios improvisados, os domicílios rústicos e a coabitação familiar (segundo definições do IBGE);
- demanda demográfica é a necessidade de unidades habitacionais gerada pelo crescimento demográfico;
- inadequação é a necessidade de suprimento de certas carências presentes nas unidades habitacionais - carência de infra-estrutura básica, adensamento ou comprometimento excessivo da renda familiar com aluguel. A definição de inadequação é diferenciada por estratos de renda e por localização.

"A primeira crítica mais evidente à metodologia apresentada vai no sentido da validade lógica e ética em se estabelecerem critérios de inadequação em infra-estrutura diferenciados por faixas de renda (...). Pode-se supor, com alguma consistência, que, em áreas rurais, esses critérios talvez pudessem ser diferenciados (...). O esgotamento sanitário por fossa rudimentar em área rurais, por exemplo, não acarretaria, necessariamente, problemas de contaminação. O mesmo não é válido para áreas urbanas, onde as densidades mais elevadas tornam esse tipo de solução problemático para a saúde. Da mesma forma, considerar o "lixo enterrado" como uma solução adequada para áreas urbanas não metropolitanas também parece ser uma generalização excessiva, cabendo um estudo mais detalhado que permitisse estabelecer padrões mais convenientes à salubridade, considerando, pelo menos, os tamanhos de cidades."(CARDOSO, 1999).

Em meio a essa discussão, fica evidente que as condições de moradia e as necessidades habitacionais são variáveis em contextos sócio-econômico-culturais distintos. Como definir o que é aceitável ou desejável em cada situação ?

4. CONDIÇÕES DE MORADIA EM PORTO ALEGRE

4.1. Condições de moradia no meio urbano

Os aspectos relacionados às condições de moradia da população da RMPA, levantados através da POF /IEPE de 1995⁶, informam sobre: condição de posse do imóvel; tipo de residência (modalidade e material empregado); número de pessoas por família; número de peças da casa; número de dormitórios; área da casa; localização da cozinha (no corpo ou fora da casa); número de banheiros; número e tipo de chuveiros; existência ou não de esgoto (fossa ou rede geral); água canalizada ou não e tipo de abastecimento; e, ainda, o local e o tempo de moradia. Adicionalmente, permite identificar, na estrutura de gastos familiares, as despesas com habitação e transporte. As análises relativas a tais informações estão contidas no trabalho já referido (CARRION e SCUSSEL, 2000), do qual são destacados, a seguir, os aspectos a serem comparados com a situação do meio rural de Porto Alegre.

Os dados referentes à condição de posse do imóvel estão sintetizados na Tabela 1.

Tabela 1
Condição da moradia em Porto Alegre, em face da propriedade

Faixas de salário mínimo		0 a 3 sm	3 a 5 sm	5 a 7 sm	7 a 10 sm	10 a 15 sm	15 a 20 sm	TOTAL
Própria	(unidades)	71	108	127	192	204	119	821
	%	82,5	72,5	73,9	73,0	73,4	81,5	75,1
Alugada	(unidades)	9	27	32	46	52	22	188
	%	10,5	18,1	18,6	17,5	18,7	15,1	17,2
Cedida	(unidades)	5	8	3	11	5	0	32
	%	5,8	5,4	1,7	4,2	1,8	0	2,9
Em aquisição	(unidades)	0	3	9	14	17	4	47
	%	0	2,0	5,2	5,3	6,1	2,7	4,3
S/declaração	(unidades)	1	3	1	0	0	1	6
	%	1,2	2,0	0,6	0	0	0,7	0,5
Total	(unidades)	86	149	172	263	278	146	1094
	%	100	100	100	100	100	100	100

Fonte dos dados: IEPE. Pesquisa de Orçamentos Familiares. 1995.

Fonte da tabela: CARRION e SCUSSEL (2000)

Notas: 1. Os intervalos são fechados à direita.

2. Salário mínimo vigente à época da pesquisa.

Observe-se que o índice de 75,1% de imóveis próprios, verificado para o conjunto da amostra, apresenta-se praticamente inalterado nos diferentes estratos de renda, com maior variação nos estratos extremos. Somando a esse percentual aqueles domicílios em aquisição (4,3%) chega-se a 79,4% de famílias residindo em domicílio próprio ou em aquisição - um dos mais altos índices entre as capitais brasileiras. As faixas intermediárias de renda, por sua vez, concentram os maiores percentuais de imóvel alugado, indicando que nem sempre a renda familiar lhes permite o acesso à casa própria, mas já é possível comprometer-se com aluguel, sem ter que recorrer a situações precárias de habitação.

A Tabela 2 apresenta os diferentes tipos de moradia verificados, em função do material construtivo utilizado e a modalidade (apartamento, casa de alvenaria, casa mista, casa de madeira).

O fato de 68,2% das famílias residirem em casas, enquanto 31,5% moram em apartamentos, revela que o predomínio continua sendo das unidades unifamiliares; mas a Tabela 2 reflete, também, uma tendência verificada para a classe média brasileira que vive nas metrópoles: 44,5% das famílias com rendimentos de 15 a 20 salários-mínimos moram em apartamentos.

⁶ A amostra definida pela POF / IEPE de 1995 compreendeu 1181 famílias com renda entre 1 (um) e 21 (vinte e um) salários mínimos, pesquisadas em cinco municípios da RMPA: Porto Alegre, Alvorada, Canoas, Gravataí e Viamão.

Tabela 2
Tipo de moradia em Porto Alegre, segundo a modalidade e o material construtivo

Faixas de salário mínimo	0 a 3 sm	3 a 5 sm	5 a 7 sm	7 a 10 sm	10 a 15 sm	15 a 20 sm	TOTAL
Apartamento (unid)	17	30	44	80	109	65	345
%	19,8	20,1	25,6	30,4	39,2	44,5	31,5
Casa alvenaria (unid)	25	54	63	98	99	60	399
%	29,1	36,2	36,6	37,3	35,6	41,1	36,5
Casa mista (unid)	20	32	34	49	45	16	196
%	23,2	21,5	19,8	18,6	16,2	11,0	17,9
Casa madeira (unid)	24	33	30	36	23	5	151
%	27,9	22,2	17,4	13,7	8,3	3,4	13,8
S/ declaração (unid)	0	0	1	0	2	0	3
%	0	0	0,6	0	0,7	0	0,3
Total (unid)	86	149	172	263	278	146	1094
%	100	100	100	100	100	100	100

Fonte dos dados: IEPE. Pesquisa de Orçamentos Familiares. 1995.

Fonte da tabela: CARRION e SCUSSEL (2000)

Notas: (1). Os intervalos são fechados à direita. (2). Salário mínimo vigente à época da pesquisa.

Tabela 3
Condições sanitárias da moradia em Porto Alegre

Nº de famílias por faixa de renda	0 a 3 sm	3 a 5 sm	5 a 7 sm	7 a 10 sm	10 a 15 sm	15 a 20 sm	Total
	86	149	172	263	278	146	1094
Água							
Encanada (rede geral)	77	147	165	256	272	142	1059
%	89,5	98,6	95,9	97,3	97,8	97,2	96,8
Torneira Pública	2	0	3	2	1	1	9
%	2,3	0	1,7	0,8	0,4	0,7	0,8
Poço	6	0	2	3	0	0	11
%	7,0	0	1,2	1,1	0	0	1,0
Encanada e Poço	0	1	0	2	1	2	6
%	0	0,7	0	0,8	0,4	1,4	0,6
S/ declaração	1	1	2	0	4	1	9
%	1,2	0,7	1,2	0	1,4	0,7	0,8
Esgoto							
Rede Pública	75	117	144	225	252	135	948
%	87,2	78,5	83,7	85,6	90,6	92,5	86,7
Fossa	10	27	22	33	23	9	124
%	11,6	18,1	12,8	12,5	8,3	6,1	11,3
Não tem	1	3	5	2	0	2	13
%	1,2	2,0	2,9	0,8	0	1,4	1,2
S/ declaração	0	2	1	3	3	0	9
%	0	1,4	0,6	1,1	1,1	0	0,8
Nº de banheiros							
1 banheiro	78	134	152	227	215	99	905
%	90,7	89,9	88,4	86,3	77,3	67,8	82,7
2 banheiros	7	12	15	30	51	36	151
%	8,1	8,1	8,7	11,5	18,3	24,7	13,8
3 banheiros ou mais	1	1	3	3	11	10	29
%	1,2	0,7	1,7	1,1	4,0	6,8	2,7
S/ declaração	0	2	2	3	1	1	9
%	0	1,3	1,2	1,1	0,4	0,7	0,8

Fonte dos dados: IEPE. Pesquisa de Orçamentos Familiares. 1995.

Fonte da tabela: CARRION e SCUSSEL (2000)

Notas: (1). Os intervalos são fechados à direita. (2). Salário mínimo vigente à época da pesquisa.

As condições sanitárias dos domicílios usualmente são aferidas por indicadores referentes a serviços básicos como água tratada, esgotamento sanitário e serviço de coleta de lixo; este último quesito, entretanto, não foi pesquisado pela POF /IEPE.

As informações contidas na Tabela 3 apontam que 97,6% das famílias pesquisadas são abastecidas de *água tratada*, sendo que 96,8% dispõem de água encanada em seus domicílios e 0,8% servem-se de torneira pública. 98% dos domicílios dispõem de *esgotamento sanitário*, quer através de rede geral de esgoto, quer por meio de fossa séptica. O percentual de domicílios servidos pela rede pública apresenta variações que vão de 78,5%, no estrato de 3 a 5 sm, a 92,5%, no estrato de 15 a 20 sm.

Outros dados levantados pela POF/IEPE, arrolados como “características complementares”, dizem respeito ao tamanho da moradia, ao número de pessoas por família, número de peças da casa e número de dormitórios de cada domicílio.

O número médio de pessoas por família é de 3,6, superior ao apurado pelo IBGE para o conjunto da RMPA, que é de 3,36, enquanto no Brasil foi verificada a média de 3,70 pessoas por família.

A área média das habitações - 73,6m² - representa, em princípio, um bom nível de moradia, ainda que abstraídos o padrão construtivo, infra-estrutura existente, condições de saneamento e habitabilidade.

4.2. Condições de moradia no meio rural

As condições de moradia no meio rural de Porto Alegre são aqui alinhadas, conforme já apontado, a partir de informações contidas no Diagnóstico Rural do Município de Porto Alegre⁷.

A pesquisa identificou três tipos de estabelecimentos, segundo sua principal função:⁸ (1) produção para o comércio; (2) moradia e/ou subsistência; (3) sítio de lazer; (4) outras - sedes de entidades sociais, atividades não agrícolas (olarias, armazéns, templos, áreas de reserva de valor, etc.).

Tabela 4
Distribuição da área e estabelecimentos, segundo a função das propriedades, no meio rural de Porto Alegre

FUNÇÃO DA PROPRIEDADE	ÁREA		ESTABELECIMENTOS	
	ha	%	Nº	%
Produção para comércio	6.224,0	54,8	159	19,5
Moradia/subsistência	1.196,1	10,5	364	44,8
Lazer	2.369,1	20,9	213	26,2
Outra	1.564,6	13,8	77	9,5
Total	11.353,8	100	813	100

Fonte: Diagnóstico do Meio Rural de Porto Alegre – PMPA, 1994.

Conforme ilustrado pela Tabela 4, 44,8% dos estabelecimentos da área rural têm função de moradia e/ou subsistência. No entanto, também nos estabelecimentos com outras funções há residentes.

Diferentemente da POF/IEPE, as informações apresentadas no diagnóstico do meio rural não permitem a análise dos dados por estratos de renda. É possível, porém, estabelecer um perfil dominante entre os moradores: são aposentados, prestadores de serviços, funcionários públicos. Já nos estabelecimentos que têm função de produção, os residentes são, em geral, agricultores.

⁷ O Diagnóstico Rural do Município de Porto Alegre, elaborado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 1994, tinha por objetivos conhecer o perfil sócio-econômico-cultural da população e das atividades produtivas do meio rural e identificar impactos da expansão de atividades “urbanas” no meio rural, além de realizar um inventário ambiental da região, a fim de subsidiar futuras ações para sua ocupação e desenvolvimento e instrumentar reformas no PDDU. Essa pesquisa cobriu aproximadamente 80% da área definida como rural, englobando as UTSE – Unidades Territoriais Seccionais Extensivas –, algumas parcialmente abrangidas, e todas as UTSR - Unidades Territoriais Seccionais Rurais – compreendidas na parte continental do município, de acordo com o Plano Diretor então vigente.

⁸ Em várias propriedades co-existem mais de um tipo de estabelecimento, razão pela qual os totais apresentados nas tabelas, muitas vezes, não coincidem.

Tabela 5
Condição da moradia no meio rural de Porto Alegre, em face da propriedade, segundo a função dos estabelecimentos

	TOTAL		Produção		Moradia		Lazer		Outra	
	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.
Própria	31,0	182	28,0	33	59,1	123	8,2	15	14,5	11
De outro familiar	6,0	35	5,9	7	12,0	25	1,1	2	1,3	1
Cedida pelo proprietário da terra	59,9	351	61,0	72	26,9	56	88,0	162	80,3	61
Alugada	3,1	18	5,1	4	1,9	4	2,7	5	3,9	3

Fonte: Diagnóstico do Meio Rural de Porto Alegre – PMPA, 1994.

Quanto à condição de posse da moradia, ela é própria para 31% dos residentes, conforme apontado na Tabela 5. A grande incidência é de imóvel cedido pelo proprietário da terra, o que caracteriza os casos de estabelecimentos para *produção* – onde o empregado ou arrendatário trabalha e reside – e de *lazer* – situação do “caseiro” dos sítios de recreio. O aluguel, em qualquer dos casos, é pouco comum.

Tabela 6
Tipo e estado geral das residências no meio rural de Porto Alegre, segundo a função dos estabelecimentos

	TOTAL		Produção		Moradia		Lazer		Outra	
	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.
Tipo										
Madeira	18,7	194	20,8	41	16,8	94	23,0	42	18,1	17
Alvenaria	72,3	748	69,0	136	75,8	425	65,0	119	72,3	68
Mista	9,0	93	10,2	20	7,5	42	12,0	22	9,6	9
Tamanho (m2)										
Menor que 30	10,1	101	4,6	9	9,8	53	13,8	24	17,0	15
De 30 a 59	42,1	420	33,3	65	41,8	226	48,9	85	50,0	44
De 60 a 89	24,7	247	27,2	53	23,8	129	26,4	46	21,6	19
De 90 a 119	9,1	91	10,8	21	11,1	60	4,6	8	2,3	2
Acima de 120	13,9	139	24,1	47	13,5	73	6,3	11	9,1	8
Estado atual										
Bom	56,4	575	50,8	98	61,5	338	54,9	100	41,5	39
Razoável	31,6	322	39,9	77	26,9	148	31,9	58	41,5	39
Ruim	12,0	122	9,3	18	11,6	64	13,2	24	17,0	16

Fonte: Diagnóstico do Meio Rural de Porto Alegre – PMPA, 1994.

No que respeita ao material construtivo da moradia, predominam as casas de alvenaria em todos os casos, variando de 65% (moradias em estabelecimentos com função de lazer) a 75,8% (função de moradia e/ou subsistência).

A Tabela 6 também indica que 56,4% das habitações encontram-se em bom estado de conservação e 31,6% são apenas razoáveis, sendo que o melhor índice aparece nos estabelecimentos com função de moradia: 61,5% em bom estado. Quanto ao tamanho das habitações, predomina a faixa de 30 a 59 m2 de área construída, seguida pela faixa de 60 a 89 m2.

De acordo com a mesma pesquisa, o número médio de pessoas por domicílio é de 3,48 – número bastante próximo ao apurado pelo IBGE (1996) para a Região Metropolitana de Porto Alegre como um todo, que é de 3,36, e inferior ao verificado na POF/IEPE (1995) – 3,6 pessoas por domicílio.

Quanto às condições sanitárias das moradias, alguns dados encontram-se sintetizados na Tabela 7.

O índice de 86,8% do total de residências servidas por água encanada não significa abastecimento de *água tratada*. Dados complementares indicam que 44,4% são servidas com água proveniente de poço cavado, fontes, riachos e açudes, de potabilidade não assegurada, enquanto apenas 30,7% das propriedades recebem água do Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE.

Estes dados tornam-se preocupantes num meio rural como o de Porto Alegre, densamente povoado, onde 98,9% do esgoto cloacal é direcionado para fossas negras, sangas e valas, indicando a possibilidade de contaminação do lençol freático superficial.

Tabela 7
Condições sanitárias das moradias no meio rural de Porto Alegre,
segundo a função dos estabelecimentos

	TOTAL		Produção		Moradia		Lazer		Outra	
	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.
Água Encanada	86,8	897	91,0	181	86,7	484	87,0	160	78,3	72
Esgoto Cloacal										
Fossa negra	89,3	868	90,4	170	88,4	467	91,3	158	88,0	73
Direto na sanga/vala	9,6	93	8,5	16	10	53	8,7	15	10,8	9
Rede	1,1	11	1,1	2	1,5	8	0	0	1,2	1
Banheiro / WC										
Interno	82,8	855	85,6	167	84,3	472	82,5	151	69,1	65
Externo	11,0	114	7,7	15	10	56	12,6	23	21,3	20
Não possuem	6,1	63	6,7	13	5,7	32	4,9	9	9,6	9

Fonte: Diagnóstico do Meio Rural de Porto Alegre – PMPA, 1994.

Com relação à coleta e destinação do lixo, a mesma pesquisa aponta que 55,9% das propriedades são servidas pela coleta pública; 29,9% enterram e 25,8% queimam o lixo. Apenas 20,4% fazem reaproveitamento do mesmo, preponderantemente em compostagem.

Por último, vale lembrar que a estreita relação com a metrópole faz com que o meio rural de Porto Alegre se diferencie das demais áreas rurais do Estado quanto aos padrões gerais de conforto e acesso a certos serviços, normalmente inexistentes longe das cidades. Ainda assim, os moradores revelaram, como principais dificuldades: estradas mal conservadas (24,9%); transporte coletivo deficiente (16,7%); falta de água tratada, falta de esgoto (11,1%).(PMPA, 1994).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da concepção de que *urbano* e *rural* constituem configurações diferenciadas da mesma totalidade, este trabalho buscou comparar, sob alguns aspectos, as condições de habitação verificadas em Porto Alegre, nas áreas tradicionalmente consagradas como “meio urbano” e “meio rural”. O quadro das diferenças que daí emergiram – diretamente relacionado ao distinto grau de acesso a determinados bens e serviços – tenderia a se alterar diante da nova concepção de espaço e de planejamento adotadas pela Municipalidade, dentro do princípio de que “tudo é cidade”?

A complexidade desse quadro é reforçada quando se tem presente o fato de que as informações disponíveis dizem respeito, via de regra, ao que se pode chamar de “cidade legal”. No contraponto, desenvolve-se a realidade dos núcleos de ocupações irregulares ou invadidas, à margem de grande parte dos serviços urbanos e das estatísticas oficiais: a “cidade informal”.

Uma questão que se coloca à continuidade da investigação é: em que medida os indicadores correntes para aferição das condições de habitação respondem adequadamente a situações diferenciadas, típicas de uma realidade multifacetada, sobretudo nas grandes cidades e regiões metropolitanas de um capitalismo periférico, em que se aguçam os problemas ambientais, a escassez de recursos e a exclusão em todas as formas? Pois não há como fazer diagnósticos, definir prioridades de atuação, elaborar programas e projetos, avaliar o desempenho de uma atividade, direcionar investimentos, sem um referencial de parâmetros a nortear essas práticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, Adauto. Municipalização da Política Habitacional: uma avaliação da experiência brasileira recente. In: **Anais do VIII Encontro Nacional da ANPUR**. Porto Alegre: ANPUR, 1999. (CD-Rom).
- CARRION, Otilia B. K. e SCUSSEL, Maria C. B. Condições de Moradia e comprometimento da renda familiar com habitação e transporte na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: **Anais do V**

Encontro Nacional de Economia Política. Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2000. (CD-Rom).

FERNANDES, Edesio. **O mito da zona rural.**

<http://www.unilivre.org.br/centro/textos/forum/mito.htm> Capturado em 24/10/2000.

GAZETA MERCANTIL. **FHC anuncia pacote de R\$ 6 bilhões para área habitacional.** São Paulo, 24 de junho de 1998, p. A-4.

GRAZIANO DA SILVA, J. A. O novo rural brasileiro. In: **XXIV ANPEC**, Águas de Lindóia: 1996.

MOTTA, Diana M. e outros. **A dimensão urbana do Desenvolvimento Econômico-Espacial Brasileiro.** Texto para Discussão n.º 530. Brasília: IPEA, 1997.,

NAÇÕES UNIDAS / FUNDO DE POPULAÇÃO / COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Relatório da Conferência Internacional sobre população e desenvolvimento**, Cairo: 5-13 setembro de 1994.

NAHAS, Maria Inês P. et alli. Índice de qualidade de vida urbana de Belo Horizonte (IQVU - BH): um instrumento intra-urbanístico de gestão da qualidade de vida. In: **Anais do 7º Encontro Nacional ANPUR - 26 a 30 de maio de 1997, Recife (PE)**, p. 1437 - 1451. Recife: ANPUR, 1997.

PAVLICK, Inez. **2º PDDU e a proteção do patrimônio natural.**

<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm2/20.htm> . Capturado em 13/07/2000.

PNUD / IPEA / Fundação João Pinheiro / IBGE. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Brasília: CD-Rom, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE / Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio. **Diagnóstico do Meio Rural do Município de Porto Alegre.** Porto Alegre: 1994 (mimeo).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **2º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.** <http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm>. Capturado em 09/08/2000.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: HUCITEC. 1988.

_____, Milton et alli (org). **Território - globalização e fragmentação.** São Paulo: HUCITEC / ANPUR, 1994.

SCUSSEL, Maria Conceição Barletta. **Emancipações no Rio Grande do Sul: o processo de criação de novos municípios e seu impacto em aspectos de qualificação do espaço urbano.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 1996.

UNICAMP. **Projeto RURBANO** - Projeto temático. Campinas: UNICAMP, 1997. (paper).